

### Formulário de Resposta aos recursos NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - NOADPU M (M01-M13)

Questão	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
TIPO 1: 26 TIPO 2: 27 TIPO 3: 35	<p>A alternativa correta é:</p> <p>(A) Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos.</p> <p>Justificativa:</p> <p>De acordo com o Art. 137 da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), o contrato poderá ser extinto por ato unilateral da Administração, com a devida motivação formal nos autos do processo, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa, nas hipóteses de inadimplemento contratual por parte do contratado, como:</p> <p>O não cumprimento ou cumprimento irregular do contrato (normas editalícias, cláusulas, especificações, projetos ou prazos), que comprometa a execução adequada do objeto contratual.</p> <p>As demais alternativas tratam de situações que:</p> <p>(B) Representa comportamento esperado e positivo do contratado.</p> <p>(C) Justifica rescisão por iniciativa do contratado, não da Administração.</p> <p>(D) Configura hipótese de rescisão consensual ou revisão contratual, não extinção unilateral motivada.</p> <p>(E) O atraso justificado não é motivo para extinção do contrato.</p> <p>Portanto, a única que trata da extinção motivada por inadimplemento e exige formalização com garantia ao contraditório e ampla defesa é a letra A.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO
TIPO 1: 27 TIPO 2: 33 TIPO 3: 32	<p>A alternativa correta é:</p> <p>(C) A quitação com as obrigações militares e eleitorais.</p> <p>De acordo com o art. 5º da Lei nº 8.112/1990 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Federais), são requisitos básicos para investidura em cargo público:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Nacionalidade brasileira;</li> <li>2. <b>Gozo dos direitos políticos;</b></li> <li>3. <b>Quitação com as obrigações militares e eleitorais;</b></li> <li>4. Nível de escolaridade exigido para o cargo;</li> </ol>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>5. Idade mínima de <b>18 anos</b>;</p> <p>6. Aptidão física e mental.</p> <p>(A) Idade mínima de 16 anos – Errado, a idade mínima é 18 anos.</p> <p>(B) Gozo dos direitos sociais – Errado, o correto é gozo dos direitos políticos.</p> <p>(C) Quitação com as obrigações militares e eleitorais – Correto, requisito previsto na legislação.</p> <p>(D) Nível de escolaridade, ensino médio obrigatório – Errado, o nível de escolaridade depende do cargo e não é obrigatoriamente ensino médio.</p> <p>(E) Nacionalidade estrangeira – Errado, o requisito é nacionalidade brasileira, salvo exceções previstas em lei para cargos específicos.</p> <p>Portanto, a alternativa C está de acordo com a legislação vigente.</p>		
<p>TIPO 1: 28</p> <p>TIPO 2: 34</p> <p>TIPO 3: 31</p>	<p>A alternativa correta é:</p> <p>(E) Disciplina - capacidade de iniciativa – produtividade.</p> <p>De acordo com o art. 20 da Lei nº 8.112/1990 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União), durante o estágio probatório — que tem duração de 3 anos — o servidor será avaliado quanto aos seguintes fatores:</p> <p>Assiduidade</p> <p>Disciplina</p> <p>Capacidade de iniciativa</p> <p>Produtividade</p> <p>Responsabilidade</p> <p>Portanto, a alternativa (E) está correta por mencionar três dos fatores previstos na lei: disciplina, capacidade de iniciativa e produtividade.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO
<p>TIPO 1: 29</p> <p>TIPO 2: 30</p> <p>TIPO 3: 34</p>	<p>A alternativa (A) Repreensão – suspensão – demissão – multa.</p> <p>As sanções previstas incluem:</p> <p>Advertência: repreensão formal por escrito;</p> <p>Suspensão: afastamento temporário, sem remuneração;</p> <p>Demissão: desligamento do cargo público;</p> <p>Multa: penalidade pecuniária aplicada diretamente ao servidor.</p> <p>Essas sanções estão alinhadas aos instrumentos necessários para manter a ordem e a disciplina, com garantias de defesa e contraditório.</p> <p>(A) Repreensão – suspensão – demissão – multa.</p> <p>Ela enumera precisamente as penalidades previstas no Estatuto municipal de Rolim de Moura.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANDITO

TIPO 1: 30 TIPO 2: 35 TIPO 3: 26	<p>A alternativa correta é:</p> <p>(D) Aquela relacionada à pessoa natural identificada ou identificável.</p> <p>De acordo com o art. 4º, inciso IV, da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI):</p> <p>Informação pessoal é aquela relacionada à pessoa natural identificada ou identificável, ou seja, dados que permitem reconhecer diretamente ou indiretamente um indivíduo.</p> <p>Exemplos: nome, CPF, RG, endereço, telefone, dados de saúde, etc.</p> <p>(A) Refere-se à definição de documento, não de informação pessoal.</p> <p>(B) Trata da integridade da informação.</p> <p>(C) Descreve a informação classificada como sigilosa, não a pessoal.</p> <p>(E) Refere-se à primariedade da informação.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO
TIPO 1: 31 TIPO 2: 32 TIPO 3: 28	<p>Nos municípios brasileiros, a posse dos vereadores e a eleição da Mesa Diretora na primeira sessão do mandato — realizada a partir de 1º de janeiro e independente de quórum — costumam ser presididas por um vereador específico, até a Mesa ser eleita.</p> <p>De acordo com a Lei Orgânica de Rolim de Moura (como em muitos municípios), essa sessão solene é presidida provisoriamente pelo(a) vereador(a) mais idoso(a) dentre os presentes, até a eleição da nova Mesa.</p> <p>Portanto, a alternativa correta é: (B) Vereador(a) mais idoso(a) dentre os presentes.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO
TIPO 1: 32 TIPO 2: 26 TIPO 3: 33	<p>A alternativa correta é:</p> <p>(A) vedado.</p> <p>De acordo com a Lei Orgânica do Município de Rolim de Moura (RO), ao Prefeito Municipal é vedado assumir outro cargo ou função na administração pública, seja direta ou indireta, salvo se for em virtude de aprovação em concurso público e desde que haja compatibilidade de horários, o que é uma regra bastante comum nas Constituições e Leis Orgânicas municipais em respeito ao princípio da dedicação exclusiva ao cargo eletivo.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO
TIPO 1: 33 TIPO 2: 28 TIPO 3: 29	<p>A alternativa correta é: (B) Leilão.</p> <p>De acordo com a Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), o leilão é a modalidade de licitação utilizada para a alienação de bens imóveis da Administração Pública ou de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos, sendo vencedor quem oferecer o maior lance.</p> <p>Fundamentação legal:</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>Art. 6º, inciso XL:</p> <p>“Leilão: modalidade de licitação utilizada para a alienação de bens móveis inservíveis para a Administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, ou para a alienação de bens imóveis...”</p> <p>Portanto, a alternativa (B) Leilão está correta.</p>		
<p>TIPO 1: 34</p> <p>TIPO 2: 29</p> <p>TIPO 3: 30</p>	<p>A alternativa correta é:</p> <p>(B) Autarquias, Sociedades de Economia Mista, Empresas Públicas e Fundações Públicas.</p> <p>A Administração Pública Indireta é composta por entidades com personalidade jurídica própria, criadas por lei, para descentralizar a execução de atividades administrativas do Estado. São elas:</p> <p>Autarquias – entidades autônomas criadas por lei para executar atividades típicas da Administração Pública (ex: INSS, IBAMA).</p> <p>Fundações Públicas – instituídas pelo Estado para fins sociais, científicos, educacionais, etc.</p> <p>Empresas Públicas – entidades com capital 100% público (ex: Correios).</p> <p>Sociedades de Economia Mista – entidades cujo capital é misto (público e privado), mas o controle é estatal (ex: Petrobras, Banco do Brasil).</p> <p>Já União, Estados, Distrito Federal e Municípios fazem parte da Administração Direta.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO
<p>TIPO 1: 35</p> <p>TIPO 2: 31</p> <p>TIPO 3: 27</p>	<p>A alternativa correta é: (C) improbidade administrativa.</p> <p>Justificativa:</p> <p>A descrição apresentada se refere claramente à improbidade administrativa, conforme estabelecido na Lei nº 8.429/1992, que trata dos atos de agentes públicos (ou de particulares em conluio com eles) que causem:</p> <p>Prejuízo ao erário (patrimônio público);</p> <p>Enriquecimento ilícito;</p> <p>Violação aos princípios da administração pública, como legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.</p> <p>Esses atos são ilegais e antiéticos, e a Lei prevê sanções civis, administrativas e políticas aos responsáveis.</p> <p>Portanto, a resposta correta é a letra (C) – improbidade administrativa.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO